

CONV 219/02

WG I 10

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade (WGI)
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 22 de Julho de 2002 (à tarde)

Os debates centraram-se na análise das propostas apresentadas por dois membros do grupo sobre um mecanismo de controlo da conformidade com o princípio da subsidiariedade.

Uma das propostas tinha por objectivo a participação dos parlamentos nacionais no Comité de Conciliação, por ocasião do processo de co-decisão, sem todavia lhes dar o direito de voto. Tratar-se-ia mais de permitir aos parlamentos nacionais dar o seu parecer aos membros do comité sobre a conformidade do acto em causa com o princípio da subsidiariedade, devendo as consequências a retirar desse facto ser extraídas mais a nível nacional. Esta proposta teria a vantagem de evitar a criação de uma nova instância e de não alongar o processo decisório, o que vai ao encontro do desejo de vários membros do Grupo. Alguns membros do Grupo manifestaram dúvidas sobre a eficácia de um tal mecanismo, atendendo a que o Comité de Conciliação não se reúne em mais que 25% dos casos submetidos ao procedimento de co-decisão e que, quando o dossier chega a este Comité, se encontra já numa fase demasiado avançada para que seja possível tomar devidamente em conta as opiniões dos parlamentos nacionais.

A proposta do outro membro do grupo visava criar um órgão de controlo político *ex ante* composto pelos parlamentos nacionais, que se reuniria algumas vezes por ano para analisar a conformidade das propostas de actos legislativos com o princípio da subsidiariedade. Alguns membros do Grupo apoiaram esta proposta, ao passo que outros se pronunciaram contra a criação de uma nova instância e afirmaram preferir um reforço do controlo dos parlamentos nacionais sobre os respectivos governos ou um outro mecanismo que não implique a criação de um novo órgão.

Outros consideraram, em contrapartida, que é difícil atribuir aos parlamentos nacionais um papel colectivo no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade sem criar um novo órgão. Alguns recordaram a existência da COSAC, que poderia exercer esse controlo se fosse dotada de um secretariado. Outros entenderam, pelo contrário, que a COSAC não é a instância adequada para tal controlo.

Após o debate, o Presidente concluiu que a maioria dos membros era a favor da criação de um mecanismo de controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade e que se dispunha de diversas propostas a este respeito, designadamente:

- melhorar os critérios de aplicação do princípio da subsidiariedade;
- encarregar um vice-presidente da Comissão das questões relativas à subsidiariedade;
- submeter o programa legislativo da Comissão à apreciação dos parlamentos nacionais, etc.;
- participação dos parlamentos nacionais no processo de conciliação;
- criação de um mecanismo de controlo político *ad hoc* em que participem os parlamentos nacionais;
- controlo jurisdicional pelo Tribunal de Justiça, etc..

O Presidente anunciou que, tendo em vista encontrar uma solução que seja aceitável para todos os membros do Grupo, será enviado antes das férias de Verão um documento "mártir", com um esboço de solução de compromisso. Este documento será discutido na reunião de 9 de Setembro e os membros do Grupo que o desejem podem enviar alterações ao Secretariado do Grupo.